
Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ciclus Ambiental do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ciclus Ambiental do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a Nota 2.2.1 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas em virtude de correção de erros e de complemento de informações nas notas explicativas em atendimento aos requisitos de registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários. Portanto, as presentes demonstrações financeiras diferem das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 originalmente emitidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Porque é um PAA

Contas a receber (Notas 1.2, 1.3, 6 (i), 6.2 e 27.4)

A Companhia opera contrato de prestação de serviços com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), firmado em 21 de agosto de 2003. A operação incluiu a construção do CTR-Rio, no município de Seropédica, composto por três células de aterro sanitário (AS1, AS2 e AS3). Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber da Comlurb totalizam R\$ 72.347 mil e incluem valores a faturar.

A Companhia divulgou na Nota 27.4 que em 29 de outubro de 2020 assinou termo aditivo do contrato com a Comlurb estendendo o prazo do contrato para abril de 2036 e com aumento do pagamento fixo mensal buscando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e incluindo reajuste inflacionário contratual.

Esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos saldos a receber da Comlurb, incluindo valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro e do reajuste inflacionário, bem como em decorrência dos julgamentos relevantes e das incertezas inerentes à avaliação sobre a realização desses ativos. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota 1.3, a assinatura do referido aditivo junto à Comlurb foi um dos principais elementos na busca de reversão no futuro próximo do passivo a descoberto apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros procedimentos, discussões com a diretoria da Companhia para obter o entendimento das circunstâncias e das expectativas de realização do contas a receber, fundamentado no julgamento da administração e dos seus assessores.

Efetuamos procedimento de confirmação do saldo das contas a receber com terceiros, e a leitura do contrato assinado entre a Companhia e a Comlurb, incluindo os termos aditivos assinados.

Adicionalmente, inspecionamos as documentações suporte que formaram a base para o reconhecimento contábil da receita de prestação de serviços.

Também procedemos à leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado dos trabalhos realizados, consideramos que as divulgações efetuadas e a mensuração do saldo das contas a receber são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

Passivo de custo de encerramento do aterro sanitário (Notas 3.9.3 e 13)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta passivo no montante de R\$ 121.271 mil, relacionado aos custos futuros de encerramento da estrutura desenvolvida no aterro sanitário.

Os custos futuros de encerramento do aterro sanitário referem-se à obrigação para remediação ambiental, tratamento do chorume e monitoramento ambiental por um período de 25 anos após o encerramento do aterro sanitário.

Atualizamos nosso entendimento da política contábil definida pela Companhia e dos controles internos relativos à mensuração do passivo de encerramento do aterro sanitário.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram ainda as seguintes etapas: (i) análise das premissas e estimativas utilizadas, incluindo o custo base da provisão para encerramento do aterro sanitário e taxa de desconto; (ii) avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em



Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Porque é um PAA

Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que o passivo é estimado com base em premissas e estimativas determinadas pela diretoria, as quais apresentam complexidade no cálculo do valor dos custos futuros de encerramento que serão incorridos com o fim das atividades de depósito de resíduos no aterro sanitário, bem como na determinação da taxa de juros com a qual os futuros pagamentos foram descontados a valor presente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

finanças corporativas, das premissas utilizadas no cálculo da taxa de desconto, além da revisão do modelo das projeções utilizado nas estimativas; (iii) avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em sustentabilidade, das principais premissas utilizadas na preparação das estimativas do valor do passivo para encerramento; e (iv) conferência matemática dos cálculos das estimativas e confronto com as informações contábeis e planilhas de controle.

Adicionalmente, avaliamos a competência dos especialistas internos e externos utilizados pela diretoria para elaborar as premissas e mensurar o referido passivo.

Por fim, avaliamos a divulgação das principais informações relacionadas ao passivo de encerramento do aterro nas notas explicativas.

Os resultados de nossos procedimentos demonstram que os julgamentos e premissas utilizados são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos ao longo de nossos trabalhos.

Depreciação de ativos vinculados ao aterro sanitário (Notas 3,5 e 9)

A Companhia possui ativo imobilizado em serviço (R\$ 135.696 mil, líquido de depreciação acumulada) referente às unidades do sistema de drenagem do aterro sanitário (denominadas "células"). A Companhia atualiza as estimativas utilizadas para calcular a taxa de depreciação do aterro ao menos anualmente, ou mais frequentemente se houver novos fatos significativos.

A depreciação das células é calculada com base na relação entre as unidades de resíduos depositados em comparação à capacidade total estimada do aterro sanitário e essa relação é aplicada sobre o custo depreciável das células. O custo depreciável compreende (i) o custo do ativo já incorrido e capitalizado; (ii) a projeção dos gastos capitalizáveis requeridos para desenvolvimento do aterro sanitário até a sua capacidade total estimada; e (iii) reduzido do valor residual do

Atualizamos nosso entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados ao processo de depreciação do ativo imobilizado de célula.

Nossa abordagem também incluiu os seguintes procedimentos: (i) entendimento do processo da Companhia para avaliar e atualizar as premissas significativas usadas na apuração da taxa de depreciação do aterro sanitário pelo método da unidade depositada; (ii) obtenção dos laudos dos especialistas externos da diretoria que determinaram a capacidade total estimada de depósito de resíduos no aterro sanitário; (iii) avaliação da competência, qualificação e objetividade dos especialistas externos da diretoria envolvidos na preparação do modelo; (iv) recálculo de depreciação considerando o método de unidade depositada; (v) avaliação da composição da projeção dos gastos capitalizáveis



Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Porque é um PAA

ativo, suportado pela perspectiva de geração de biogás durante determinado prazo após o encerramento do aterro.

Em decorrência da complexidade e da subjetividade das premissas utilizadas na determinação da taxa de depreciação, e em função da relevância dos ativos relacionados às células, consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

requeridos para desenvolvimento do aterro sanitário até a sua capacidade total estimada, por meio de entendimento, análise de razoabilidade e inspeção de documentos de suporte; (vi) teste do valor residual do ativo por meio de recálculo; e (vii) avaliação da confiabilidade das informações utilizadas nos cálculos da depreciação.

Adicionalmente, avaliamos a competência dos especialistas externos utilizados pela diretoria para elaborar determinadas premissas utilizadas no cálculo da depreciação, como: (i) capacidade estimada total do aterro sanitário; (ii) vida útil do aterro sanitário; e (iii) estimativa de geração de biogás.

Por fim, realizamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para mensurar a depreciação são razoáveis e consistentes com as informações e os documentos apresentados.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de abril de 2018, com ressalva referente ao reconhecimento indevido de receita com venda de crédito de carbono.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2018, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.2.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2017, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram



Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações financeiras de 2017 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade



Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2022

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Signed By: CARLOS EDUARDO GUARANA MENDONCA-40137163649
CPF: 40137163649
Signing Time: 26 de maio de 2022 | 18:49 BRT

ICP
Brasil
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.**Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	ATIVO		
		31/12/2018 Reapresentado	31/12/2017 Reapresentado	01/01/2017 Reapresentado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	413	4.775	7.425
Contas a receber de clientes	6	85.784	73.713	28.673
Estoques	8	599	744	372
Tributos a recuperar	-	1.981	5.009	2.403
Créditos diversos	-	2.624	2.634	2.935
Total do ativo circulante		<u>91.401</u>	<u>86.875</u>	<u>41.808</u>
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	5.2	15.779	13.520	9.272
Depósitos judiciais	18	374	633	305
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.2.1	11.803	12.645	6.765
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	55.537	56.223	54.540
Imobilizado	9	392.382	367.863	362.096
Intangível	10	16.642	18.479	20.241
Total do ativo não circulante		<u>492.517</u>	<u>469.363</u>	<u>453.219</u>
Total do ativo		<u><u>583.918</u></u>	<u><u>556.238</u></u>	<u><u>495.027</u></u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2018 Reapresentado	31/12/2017 Reapresentado	01/01/2017 Reapresentado
Passivo circulante				
Fornecedores e outras contas a pagar	11	11.412	9.863	6.190
Empréstimos e financiamentos	13	41.636	39.828	8.002
Obrigações trabalhistas	-	2.186	1.757	2.634
Obrigações tributárias	12	12.945	8.901	4.070
Adiantamento de clientes	14	11.150	13.763	10.122
Contas a pagar - Partes relacionadas	14	30.709	25.847	8.222
Total do passivo circulante		110.038	99.959	39.240
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	337.909	363.536	395.083
Adiantamento de clientes	14	-	5.140	15.910
Partes relacionadas	16	47.475	29.032	15.151
Provisão para riscos e demandas judiciais	18	6.889	6.581	1.365
Aterro sanitário – custo de encerramento	13	121.271	105.212	92.313
Total do passivo não circulante		513.544	509.501	519.822
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
Capital social	19	110.000	110.000	110.000
Prejuízos acumulados	-	(149.664)	(163.222)	(174.035)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(39.664)	(53.222)	(64.035)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		583.918	556.238	495.027

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2018 Reapresentado	31/12/2017 Reapresentado
Receita operacional líquida	20	269.635	244.699
Custo dos serviços prestados	21	(191.909)	(181.678)
Lucro bruto		77.726	63.021
Receitas/(despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	22	(10.577)	(15.171)
Outras receitas operacionais	23	1.332	1.475
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		68.481	49.325
Despesas financeiras	24	(59.289)	(46.669)
Receitas financeiras	24	15.101	7.734
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.293	10.390
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17	(10.048)	(1.261)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17	(687)	1.684
Lucro líquido do exercício		13.558	10.813
Lucro líquido por ação (em Reais)		0,23	0,18

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u> Reapresentado	<u>31/12/2017</u> Reapresentado
Lucro líquido do exercício	13.558	10.813
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>13.558</u>	<u>10.813</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
Saldos em 01 de janeiro de 2017	110.000	(174.035)	(64.035)
Lucro líquido do exercício	-	10.813	10.813
Saldos em 31 de dezembro de 2017	110.000	(163.222)	(53.222)
Lucro líquido do exercício	-	13.558	13.5588
Saldos em 31 de dezembro de 2018	110.000	(149.664)	(39.664)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Reapresentado</u>	<u>Reapresentado</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.293	10.390
Despesas/ (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Depreciações	25.165	24.093
Amortização	1.882	1.883
Ganho na alienação de imobilizado	-	(1.334)
Provisão para risco de crédito	17	1.307
Variações cambiais de empréstimos, financiamentos e créditos de carbono	9.747	3.131
Juros sobre empréstimos e financiamentos	34.552	34.939
Provisão para riscos e demandas judiciais	309	5.216
Juros de desmontagem	5.818	5.446
Aumento/redução de ativos		
Contas a receber de clientes	(12.088)	(46.347)
Crédito diversos	9	301
Estoques	145	(372)
Tributos a recuperar	3.028	(2.606)
Depósitos judiciais	259	(328)
Aumento/redução de passivos		
Fornecedores e contas a pagar	1.549	3.673
Contas a pagar - partes relacionadas	4.862	17.625
Adiantamentos de clientes	(7.753)	(7.129)
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.530	3.955
Fluxo de caixa gerado nas operações	<u>96.324</u>	<u>55.232</u>
Juros pagos	(33.740)	(32.275)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.843)	(7.652)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>52.741</u>	<u>13.916</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo do imobilizado	(34.140)	(21.833)
Capitalização de juros	(5.304)	(5.627)
Baixas do imobilizado	-	6.387
Acréscimo do intangível	(45)	(121)
Títulos e valores mobiliários	(15.779)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(55.268)</u>	<u>(21.194)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	53.896	27.057
Amortização de empréstimos e financiamentos	(69.251)	(18.181)
Fluxo de caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de financiamento	<u>(15.355)</u>	<u>8.876</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.882)</u>	<u>1.598</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	18.295	16.697
No final do exercício	413	18.295
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.882)</u>	<u>1.598</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017 (não auditado)
Receita de serviços prestados	20	264.828	245.449
Receita de comercialização de biogás	20	35.655	27.750
Receita de créditos de carbono	20	15.432	13.884
Outras receitas operacionais	23	1.332	1.475
		<u>317.247</u>	<u>288.558</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos com fretes, combustível, aluguel de equipamentos e despesas com tratamento do chorume	21	(135.537)	(122.416)
Custos com créditos de carbono	21	(1.045)	(1.171)
Consultorias e seguros	21	(13.929)	(10.724)
Manutenção, peças, viagens, comunicações e outros	21	(1.999)	(2.660)
Outros	21	(1.096)	(3.952)
		<u>(153.606)</u>	<u>(140.923)</u>
Valor adicionado bruto		<u>163.641</u>	<u>147.802</u>
Retenções			
Depreciação e amortização		(26.457)	(25.977)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>137.184</u>	<u>121.825</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	15.101	7.734
Outras receitas	23	1.627	(5.216)
Variações no capital circulante líquido operacional		<u>16.728</u>	<u>2.351</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>153.912</u>	<u>124.176</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	21/22	18.825	19.696
Impostos, taxas e contribuições	-	57.357	42.298
Remuneração de capitais de terceiros - Juros	24	31.089	31.202
Aluguéis	21/22	4.883	4.700
Despesas financeiras	24	28.200	15.467
Lucro retido do exercício	-	13.558	10.813
Valor total distribuído		<u>153.912</u>	<u>124.176</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e contexto operacional

1.1. Informações sobre a Companhia

A Ciclus Ambiental do Brasil S.A. (“Ciclus” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Avenida Brasil, 20.731, Coelho Neto, Rio de Janeiro, cep 21.515-000. A Companhia possui seis filiais, sendo cinco no município do Rio de Janeiro e uma no município de Seropédica.

Em 8 de maio de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia, passando de “SERB - Saneamento e Energia Renovável do Brasil S.A” para “Ciclus Ambiental do Brasil S.A”, de forma a adotar o nome fantasia “Ciclus” constante também em sua razão social.

O objeto social da Companhia inclui: (a) implantar e operar o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos (“CTR-Rio”) e recebimento de resíduos não perigosos pelas Estações de Tratamento de Resíduos (“ETR”) e transferência de tais resíduos entre elas e entre elas e o CTR-Rio; (b) captar, tratar e comercializar o biogás; (c) produzir e comercializar os créditos de carbonos; (d) gerar e comercializar energia através do biogás e da incineração dos resíduos recebidos; (e) serviços de tratamento de chorume; (f) instalação e operação de aterro sanitário industrial, inclusive de Classe I; (g) implantação de sistemas e valorização e minimização de resíduos; (h) tratamento, nas instalações do CTR-Rio, de esgoto sanitário próprio e de terceiros; (i) produção e comercialização de água de reuso; (j) produção e venda de subprodutos oriundos dos resíduos sólidos urbanos e industriais; e (k) gerenciamento total de resíduos urbanos e industriais.

1.2. Contratos de prestação de serviços

Companhia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb

A Companhia opera contrato de prestação de serviços com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), firmado em 21 de agosto de 2003, com vigência de 180 meses, a contar da data da emissão da licença de operação, em abril de 2011.

A operação inclui a construção do CTR-Rio no município de Seropédica, composto por três células de aterro sanitário (AS1, AS2 e AS3). A primeira célula entrou em operação em abril de 2011, quando foi emitida a licença de operação.

Em 19 de agosto de 2019, a Ciclus, na qualidade de concessionária do serviço de gestão do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Rio de Janeiro, apresentou à Comlurb pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de prestação de serviços.

Atualmente, o empreendimento tem capacidade para receber resíduos industriais não perigosos e resíduos sólidos urbanos até 20 anos, em consonância com o prazo total do contrato.

O contrato de prestação de serviços com a Comlurb poderá ser rescindido nos casos previstos nas leis federais 8666/93, 8987/95 e suas alterações.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui seguro que fornece a garantia de que prazos, valores ou outras obrigações definidas nos contratos de prestação de serviço para a Comlurb serão cumpridos.

Demais contratos com prefeituras

Adicionalmente ao contrato firmado com a Comlurb, a Companhia mantém contratos para recebimento, aterro e tratamento dos resíduos sólidos urbanos das dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, São João de Meriti, Miguel Pereira, Piraí, Nilópolis e Magé, além de contratos privados mantidos com indústrias da região do polo industrial de Santa Cruz.

Abaixo foram listadas as principais informações dos demais contratos de prestação de serviços que a Companhia mantinha com outras prefeituras em 31 de dezembro de 2018:

<u>Cliente</u>	<u>Início do Contrato</u>	<u>Vigência</u>	<u>Valor</u>	<u>Reajuste</u>	<u>Serviço</u>
Prefeitura Municipal de Mangaratiba	16/11/2017	16/11/2017 a 16/11/2019	Variável	Dotação Orçamentária - Lei 8.666/93	Tratamento e Destinação de Resíduos
IR Novatec (Pref. Miguel Pereira e Piraí)	29/09/2015	Indeterminado	Variável	Anual - IGPM-FGV	Tratamento e Destinação de Resíduos
Prefeitura de Itaguaí	26/02/2015	26/02/2015 a 26/02/2020	Variável	Dotação Orçamentária - Lei 8.666/93	Tratamento e Destinação de Resíduos
Landtec (Prefeitura de Magé)	05/01/2016	Indeterminado	Variável	Anual - IGPM-FGV	Tratamento e Destinação de Resíduos
Meriti Mais Verde (Pref. São João de Meriti)	26/09/2016	26/09/2016 a 25/09/2021	Variável	Anual - IGPM-FGV	Tratamento e Destinação de Resíduos

A Ciclus possui um alto nível de interações com órgãos públicos, tendo em vista a natureza dos serviços prestados de gestão integrada de resíduos sólidos perante entes municipais. A interação com agentes públicos ocorre especialmente no âmbito do acompanhamento dos contratos, na obtenção de licenças e permissões, bem como no contexto de fiscalizações.

Biogás

A Companhia tem projetos de aproveitamento energético de biogás gerado pelo aterro e tratamento dos resíduos, registrados na *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), que é um subprojeto do Programa de Atividades da Caixa Econômica Federal (Nota 7).

Entre os projetos estão previstos a queima em *flare* (Sistema de segurança das tubulações) do biogás gerado no aterro sanitário do CTR-Rio, a geração de energia elétrica e a comercialização do biogás como combustível. Em todos os casos, serão gerados créditos de carbono. Estima-se a geração de biogás até 2050.

A Companhia mantém contrato de comercialização até março de 2027, com uma quantidade mínima contratada de 16 mil Nm³ por hora. No ano de 2018, o valor da receita oriunda desse negócio foi de R\$ 35.654 (R\$ 27.750 em 2017).

<u>Cliente</u>	<u>Início do Contrato</u>	<u>Vigência</u>	<u>Valor</u>	<u>Reajuste</u>	<u>Serviço</u>
Gás Verde	03/2017	03/2017 a 03/2027	Variável	Anual - IGPM	Venda de gás bioquímico

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Concentração de receita e liquidez financeira

O contrato mantido com a Comlurb, mencionado na nota explicativa nº 1.2, representa aproximadamente 79% da receita total da Companhia.

O plano de negócios da Companhia considera a diversificação das suas receitas e elevação dos seus resultados. Esse plano inclui a comercialização de subprodutos gerados pela unidade de tratamento de resíduos, tais como a comercialização de água de reuso; tratamento de esgoto e a geração de energia.

Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora para equalizar seu fluxo de caixa.

A Companhia apresenta Passivo a descoberto de R\$39.664 em 31 de dezembro de 2018 (R\$53.222 em 31 de dezembro de 2017), além de Prejuízos acumulados de R\$149.664 referentes ao mesmo exercício (R\$163.222 em 2017) provenientes substancialmente da provisão de desmontagem do aterro sanitário e a necessidade do reequilíbrio do preço do contrato de prestação de serviços com a COMLURB. Adicionalmente, a Companhia apresenta ainda capital circulante líquido negativo no montante de R\$18.637 em 31 de dezembro de 2018 (R\$12.980 em 2017) devido a necessidade do reequilíbrio do preço do contrato de prestação de serviços com a Comlurb. A Diretoria da Companhia adotou medidas como, renegociação do contrato da Comlurb para reequilíbrio do preço da tarifa do contrato de prestação de serviços, para reverter o quadro anteriormente citado, conforme informado mais detalhadamente na Nota 27.4.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas assumindo que a Companhia teve continuidade normal das operações e, desta forma, não inclui ajuste de realização e classificação de ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual descontinuidade.

2. Base para remissão e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas no contexto da reorganização societária que está sendo planejada pelo acionista controlador (JSP Holding S.A.) e da Simpar S.A. (controlada da JSP Holding S.A.), conforme mencionado na nota explicativa 27.3.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Também foram observadas normas complementares emitidas pela CVM.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 26 de maio de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Base para elaboração das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com o apoio em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas em sua preparação, são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, considerando o julgamento da Administração e com apoio dos seus consultores externos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, bem como provisão para custos futuros de encerramento do aterro sanitário.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 01 de janeiro de 2017

As demonstrações financeiras societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram inicialmente elaboradas pela Administração e autorizada para sua emissão, em 15 de março de 2019. Considerando, porém, a perspectiva de registro da Companhia na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a correção de erros em exercícios anteriores apresentados, a administração da Companhia decidiu reemitir as referidas demonstrações financeiras para (1) adequar suas divulgações a determinados requisitos contábeis aplicáveis às companhias abertas, tais como a inclusão da demonstração do valor adicionado, conforme estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e (2) efetuar ajustes e reclassificações que alteraram a posição financeira e patrimonial bem como as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa da Companhia nos exercícios apresentados, conforme detalhados abaixo. Em virtude da nova data de elaboração e aprovação das demonstrações financeiras, houve atualização da Nota 27 - Eventos subsequentes.

Portanto, a administração da Companhia, em reunião realizada em 14 de abril de 2022, autorizou a divulgação e conseqüente reemissão destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, substituindo as demonstrações financeiras anteriormente aprovadas e emitidas, com data de 15 de março de 2019.

Em cumprimento aos requerimentos da CVM, a Companhia incluiu a demonstração do valor adicionado (DVA) nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Por se constituir na primeira elaboração dessas informações financeiras, não foi objeto de reapresentação.

As referidas alterações resultaram nos principais ajustes na posição patrimonial e financeira apresentada anteriormente, conforme divulgado a seguir:

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018, de 2017 e em 1º de janeiro de 2017 e demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(a) Receita com crédito de carbono - Receita operacional líquida, Contas a receber e Impostos a recuperar

Anteriormente, a Companhia tinha como prática contábil o reconhecimento da receita de crédito de carbono no momento da apuração, por ocasião do levantamento interno de informações dos créditos apurados.

A nova prática contábil adotada pela Companhia considera a obrigação de performance do contrato celebrado com a Caixa Econômica Federal, passando a estar satisfeita no momento da emissão das Reduções Certificadas de Emissões (RCE), processo este que só ocorre após a validação por auditores independentes e posterior certificação da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC).

Receita operacional líquida

Em virtude do ajuste de prática contábil mencionada acima, foi identificado a necessidade de reconhecimento adicional de receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 7.397 (2017 – reversão de receita de R\$ 12.843).

Os valores provenientes da venda do crédito de carbono são originalmente faturados em euros. Assim, a Companhia efetuou o estorno de variações cambiais reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, resultando em reversões de despesa financeira no valor de R\$ 8.406 (2017 – reversão de R\$ 1.680), e reversão de receita financeira, no valor de R\$ 12.179 (2017 – reversão de R\$ 6.303).

Contas a receber

Em virtude do ajuste de prática contábil mencionada acima, foi identificado a necessidade de reversão de parcela do saldo de contas a receber originalmente reconhecido nas demonstrações financeiras de 2018 e de 2017. Desta forma, o contas a receber em 31 de dezembro de 2018 foi reduzido pelo valor de R\$ 33.843 (2017 – redução de R\$ 36.628; 1º de janeiro de 2017 – redução de R\$ 19.896).

Impostos a recuperar

Originalmente, a Companhia reconheceu receita e correspondente saldo de contas a receber de crédito de carbono. Conforme mencionado acima, o reconhecimento da receita, e do correspondente contas a receber sobre créditos de carbono, não são devidos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todavia os

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

impostos sobre a receita foram pagos nas competências devidas. Em virtude da reversão da referida receita, a Companhia registrou créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, no valor de R\$ 11.803, valor líquido dos créditos utilizados durante o exercício de 2018 (31 de dezembro de 2017 – constituição de créditos de tributos a recuperar no valor de R\$ 12.645; 1º de janeiro de 2017 – constituição de créditos no valor de R\$ 6.765).

(b) Provisão para riscos e demandas judiciais e correspondentes tributos diferidos:

Em fevereiro de 2016, em virtude de fortes chuvas, ocorreu o extravasamento de chorume para o canal externo. Em junho de 2017, a Companhia foi notificada e, subsequentemente, firmou em outubro de 2017, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

O valor da provisão para riscos em 31 de dezembro de 2018, foi no montante de R\$ 5.691 (31 de dezembro de 2017 – constituição de provisão no valor de R\$ 5.383).

Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo não circulante e demonstração do resultado):

Em virtude da provisão para riscos registrada em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram também constituídos, tributos diferidos ativos no valor de R\$ 2.007 (31 de dezembro de 2017 – constituição de tributos diferidos no valor de R\$ 1.830).

Os impactos deste ajuste na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 177 (exercício findo em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 1.830).

(c) Imobilizado e provisão para custos de encerramento do aterro sanitário

Provisão para custos de encerramento do aterro sanitário

A Companhia não adotada a prática contábil de reconhecer a totalidade da provisão para custos de encerramento do aterro sanitário. A Companhia efetuou revisão da sua prática contábil e reconheceu, em 31 de dezembro de 2018, passivo relacionado com custos de encerramento do aterro sanitário no valor de R\$ 118.011 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 101.925; 1º de janeiro de 2017 – R\$ 89.363).

Imobilizado

Em contrapartida ao reconhecimento da provisão para custos de encerramento do aterro sanitário, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2018, custos com encerramento do aterro sanitário no montante R\$ 73.590 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 66.125; 1º de janeiro de 2017 – R\$ 61.459).

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em virtude do aspecto mencionado acima, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi impactado pela despesa de depreciação e despesa financeira do desconto relativo à provisão para custos com encerramento do aterro sanitário, totalizando R\$ 8.593 (exercício findo em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 7.893).

(d) Reclassificação de caixa e equivalente de caixa

A Companhia identificou que os depósitos em garantia relacionados ao contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal estavam classificados de forma inadequada como Caixa e Equivalente de Caixa. Por não atenderem os critérios de classificação, o referido depósito foi reclassificado para a conta de Títulos e Valores Mobiliários no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 13.520 (1º de janeiro de 2017 – R\$ 9.272).

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018:

		31/12/2018			
	Referência	Original	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		413	-	-	413
Contas a receber de clientes		85.784	-	-	85.784
Crédito de carbono	2.2.1 (a)	33.843	(33.843)	-	-
Créditos diversos		3.224	(1)	(599)	2.624
Estoques		-	-	599	599
Tributos a recuperar		1.981	-	-	1.981
Total do ativo circulante		125.245	(33.844)	-	91.401
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.2.1 (a)	-	11.803	-	11.803
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.2.1 (b)	53.530	2.007	-	55.537
Outros ativos não circulantes		16.153	-	-	16.153
Imobilizado	2.2.1 (c)	318.792	73.590	-	392.382
Intangível		16.642	-	-	16.642
Total do ativo não circulante		405.117	87.400	-	492.157
Total do ativo		530.362	53.556	-	583.918

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2018			
Referência	Original	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	
Passivo circulante					
Obrigações trabalhistas	2.188	(2)	-	2.186	
Outros passivos circulantes	107.801	51	-	107.852	
Total do passivo circulante	109.989	49	-	110.038	
Passivo não circulante					
Provisão para riscos e demandas judiciais	2.2.1 (b) 1.198	5.691	-	6.889	
Aterro sanitário – custo de encerramento	2.2.1 (c) 3.260	118.011	-	121.271	
Outros passivos não circulantes	385.384	-	-	385.384	
Total do passivo não circulante	389.842	123.702	-	513.544	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	110.000	-	-	110.000	
Prejuízos acumulados	(79.469)	(70.195)	-	(149.664)	
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	30.531	(70.195)	-	(39.664)	
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	530.362	53.196		583.918	

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
De 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e em 1º de janeiro de 2017:

	31/12/2017				01/01/2017				
	Referência	Original	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		18.295	-	(13.520)	4.775	16.697	-	(9.272)	7.425
Contas a receber de clientes		73.713	-	-	73.713	28.673	-	-	28.673
Adiantamentos e despesas antecipadas		-	-	-	-	1.247	-	(1.247)	-
Crédito de carbono	2.2.1 (a)	22.023	(22.023)	-	-	19.896	(19.896)	-	-
Créditos diversos		3.378	-	(744)	2.634	-	-	2.935	2.935
Estoques		-	-	744	744	-	-	372	372
Tributos a recuperar		5.009	-	-	5.009	2.403	-	-	2.403
Outras contas a receber		-	-	-	-	2.060	-	(2.060)	-
Total do ativo circulante		122.418	(22.023)	(13.520)	86.875	70.976	(19.896)	(9.272)	41.808
Ativo não circulante									
Títulos e valores mobiliários		-	-	13.520	13.520	-	-	9.272	9.272
Crédito de carbono	2.2.1 (a)	14.605	(14.605)	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais		633	-	-	633	305	-	-	305
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.2.1 (a)	-	12.645	-	12.645	-	6.765	-	6.765
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.2.1 (b)	54.394	1.829	-	56.223	54.540	-	-	54.540
Imobilizado	2.2.1 (c)	301.738	66.125	-	367.863	300.637	61.459	-	362.096
Intangível		18.479	-	-	18.479	20.241	-	-	20.241
Total do ativo não circulante		389.849	65.994	13.520	469.363	375.723	68.224	9.272	453.219
Total do ativo		512.267	43.971	-	556.238	446.699	48.328	-	495.027

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
De 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referência	31/12/2017				01/01/2017			
	Original	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado	Original	Ajustes	Reclassificações	Reapresentado
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	39.828	-	-	39.828	8.002	-	-	8.002
Fornecedores e outras contas a pagar	9.863	-	-	9.863	6.190	-	-	6.190
Obrigações trabalhistas	1.760	(3)	-	1.757	2.637	(3)	-	2.634
Obrigações tributárias	8.794	107	-	8.901	4.070	-	-	4.070
Adiantamento de clientes	13.763	-	-	13.763	10.122	-	-	10.122
Contas a pagar - Partes relacionadas	25.847	-	-	25.847	8.222	-	-	8.222
Total do passivo circulante	99.855	104	-	99.959	39.243	(3)	-	39.240
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	363.536	-	-	363.536	395.083	-	-	395.083
Adiantamento de clientes	5.140	-	-	5.140	15.910	-	-	15.910
Partes relacionadas	29.032	-	-	29.032	15.151	-	-	15.151
Provisão para riscos e demandas judiciais	2.2.1 (b) 1.198	5.383	-	6.581	1.365	-	-	1.365
Provisão custo para desmontagem	2.2.1 (c) 3.260	101.952	-	105.212	2.950	89.363	-	92.313
Total do passivo não circulante	402.166	107.335	-	509.501	430.459	89.363	-	519.822
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)								
Capital social	110.000	-	-	110.000	110.000	-	-	110.000
Prejuízos acumulados	(99.754)	(63.468)	-	(163.222)	(133.003)	(41.032)	-	(174.035)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	10.246	(63.468)	-	(53.222)	(23.003)	(41.032)	-	(64.035)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	512.267	43.971	-	556.238	446.699	48.328	-	495.027

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Referência	31/12/2018		
		Original	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	2.2.1 (a)	262.238	7.397	269.635
Custo dos serviços prestados	2.2.1 (c)	(189.045)	(2.864)	(191.909)
Lucro bruto		73.193	4.533	77.726
Receitas/(despesas) operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	2.2.1 (b)	(10.268)	(309)	(10.577)
Outras receitas operacionais		1.332	-	1.332
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		64.257	4.224	68.481
Despesas financeiras	2.2.1 (a) / (c)	(61.126)	1.837	(59.289)
Receitas financeiras	2.2.1 (a)	27.280	(12.179)	15.101
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		30.411	(6.118)	24.293
Imposto de renda e contribuição social – corrente	2.2.1 (a)	(9.262)	(786)	(10.048)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	2.2.1 (b)	(864)	177	(687)
Lucro líquido do exercício		20.285	(6.727)	13.558

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
De 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Referência	31/12/2017		
		Original	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	2.2.1 (a)	257.542	(12.843)	244.699
Custo dos serviços prestados	2.2.1 (c)	(179.370)	(2.308)	(181.678)
Lucro bruto		<u>78.172</u>	<u>(15.152)</u>	<u>63.020</u>
Receitas/(despesas) operacionais:				
Despesas gerais e administrativas	2.2.1 (b)	(8.542)	(6.629)	(13.171)
Outras receitas operacionais		229	1.246	1.475
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		<u>69.859</u>	<u>(20.534)</u>	<u>49.325</u>
Despesas financeiras	2.2.1 (a) / (c)	(43.467)	(3.767)	(46.669)
Receitas financeiras	2.2.1 (a)	14.037	(6.303)	7.734
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>40.429</u>	<u>(30.604)</u>	<u>10.390</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	2.2.1 (a)	(7.034)	5.773	(1.261)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	2.2.1 (b)	(146)	1.830	1.684
Lucro líquido do exercício		<u>33.249</u>	<u>(23.000)</u>	<u>10.813</u>
Lucro líquido por ação (em Reais)		<u>0,55</u>	<u>(0,37)</u>	<u>0,18</u>

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

As atividades do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foram impactadas devido aos seguintes principais ajustes:

Atividade operacional:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais – originalmente apresentado	70.703	14.226
Reclassificação de títulos e valores mobiliários para a atividade de investimento	15.779	
Reclassificação de juros pagos oriundo da atividade de financiamento	(33.741)	
Outros		310
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais – reapresentado	<u>52.741</u>	<u>13.916</u>

Atividade de investimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento – originalmente apresentado	(39.489)	(21.504)
Reclassificação de títulos e valores mobiliários para a atividade operacional	(15.779)	
Outros		310
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento – reapresentado	<u>(55.268)</u>	<u>(21.194)</u>

Atividade de financiamento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento – originalmente apresentado	(49.096)	(8.876)
Reclassificação de juros pagos para a atividade operacional	33.741	
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento – reapresentado	<u>(15.355)</u>	<u>(8.876)</u>

2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Mensuração de valor

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras de 2018 e 2017.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1. Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios e/ou períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a receber

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

3.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques.

3.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação das células, unidades do sistema de drenagem do aterro sanitário, é feita com base em critério baseado em unidade depositada. Vide maiores detalhes na nota 9 "Imobilizado".

Para os demais itens do ativo imobilizado, a depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para adiantamento a fornecedores). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

	Quantidade em anos
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em propriedades de terceiros (ii)	10
Edificações (i)	25
Células (i)	-
Instalações	10

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) As edificações e as células são próprias e foram construídas dentro de próprio terreno no CTR. A vida útil das células estão descritas na Nota 9.2 (ii).
- (ii) As benfeitorias realizadas na implantação das ETRS são depreciadas conforme o prazo do contrato de prestação de serviços com a Comlurb.

3.6. Intangível

a) Licença de operação

As licenças de operação são amortizadas e registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua operação são reconhecidas como despesas quando incorridas. Para que a Companhia pudesse implantar e operar o CTR-Rio no município de Seropédica, algumas exigências, ou condicionantes, foram estipuladas, tais como: implantação de equipamentos urbanos no município de Seropédica, recuperação do lixo de Itaguaí e Seropédica, recuperação de vias de Seropédica e Itaguaí, aquisição de área de reserva legal e doação ao Estado do Rio de Janeiro, implantação de biblioteca com centro de informática para o município de Seropédica, e implantação de praça ambientalmente sustentável na região.

A amortização desse ativo intangível corresponde ao prazo do contrato de prestação de serviços com a Comlurb a uma taxa de 6,66% a.a.

b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

A amortização desse ativo intangível corresponde a uma taxa de 20% a.a.

3.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

A Administração revisa periodicamente o potencial de geração de lucro dos seus ativos com o propósito de determinar e medir a eventual necessidade de redução para seu valor de recuperação.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos de valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período de vigência do contrato com a Comlurb. Não foram identificados indícios de necessidade de provisão ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Provisões

3.8.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

3.8.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8.3 Provisão para encerramento do aterro sanitário – Remediação ambiental

A provisão para custos de encerramento do aterro sanitário teve sua origem na construção do aterro sanitário, considerando a obrigação de remediação ambiental, tratamento do chorume e monitoramento ambiental por um período de 25 anos após seu encerramento. Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a valor presente. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

3.9. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida à medida que os serviços são realizados ou os produtos são entregues.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas a seguir:

Prestação de serviços

A Companhia realiza a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e industriais de grandes geradores da cidade do Rio de Janeiro e de outras prefeituras.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento da receita é realizado no momento da prestação de serviço e faturado no mês imediatamente posterior, em conformidade com os contratos de prestação de serviço.

Comercialização de biogás

A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica. Por meio destes processos bioquímicos é produzido o biogás.

O reconhecimento da receita é realizado no momento da comercialização do biogás e da emissão da nota fiscal, em conformidade com o contrato de comercialização do biogás. A Companhia mantém contrato de comercialização de biogás somente com o cliente Gás Verde S.A.

Crédito de carbono

A Companhia possui um sistema digital eficaz que registra os dados da quantidade de gás captado e queimado em determinado período. Após apuração da quantidade, a Companhia calcula os créditos gerados com base na metodologia da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) aplicável ao projeto, e posteriormente apura o valor mensal da receita.

As receitas são reconhecidas apenas quando da efetivação do recebimento financeiro. O processo de auditoria e validação dos créditos gerados para emissão das Reduções Certificadas de Emissões (“RCE”) é efetuado por empresa credenciada pela UNFCCC. A validação da receita oriunda do crédito de carbono ocorre após o recebimento do “Certificado RCE”, emitido pelo agente verificador da UNFCCC.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.10 Mudança nas políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

- CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 30/IAS 18 – “Receitas”, CPC 17/IAS 11 – “Contratos de construção” e correspondentes interpretações.

- CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38/IAS 39 que diz respeito à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

	Nota	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	413	413
Títulos e valores mobiliários	5	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	15.779	15.779
Contas a receber de clientes	6	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	85.784	85.784
				101.976	101.976
Passivos financeiros					
Fornecedores	11	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	11.412	11.412
Empréstimos e financiamentos	15	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado	379.545	379.545
Contas a pagar (partes relacionadas)	16	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	30.709	30.709
				421.666	421.666

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A adoção destas normas não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

3.11. Impostos e contribuições

3.11.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados, quando aplicável, com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável.

3.11.2. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, apresentados no ativo não circulante e são calculados com base em alíquotas estabelecidas nos termos da legislação vigente. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal.

3.12. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida de acordo com o método da taxa efetiva de juros na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (aquele que demanda um período substancial para ficar pronto para o uso ou venda pretendidos) são capitalizados como parte do custo do ativo quando há probabilidade de que resultem em benefícios econômicos futuros para a entidade e quando tais custos podem ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.13. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial, mensuração subsequente e gerenciamento de riscos

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

(ii) Passivos financeiros

a) Classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

3.14. Mensuração do valor justo

Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores justos dos ativos e passivos se assemelham dos seus valores contábeis.

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos.

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. Alocam-se neste nível, os títulos e valores mobiliários e certificados de depósitos bancários (CDBs).

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 3 — Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

3.15. Gerenciamento de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

A Companhia tem uma política de gerenciamento de riscos, através de acompanhamento e gestão financeira do caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, dívidas e demais instrumentos financeiros, disponibilizando análises e orientações para aprovação da Administração. Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa operacional e não de ganhos no mercado financeiro.

Os resultados obtidos pela aplicação dos controles internos para o gerenciamento dos riscos foram satisfatórios para os objetivos propostos.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Conforme Nota 6, parte significativa do contas a receber é proveniente do faturamento da Comlurb. O contrato com este cliente representa 79% (76% em 2017) da receita, conforme descrito na Nota 20.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: taxa de juros, cambial e de preço que pode ser de commodities, entre outros. A Companhia não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Os instrumentos financeiros da Companhia afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos. Tais instrumentos estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros e de variação cambial.

(i) Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mobiliários, assim como a obrigações com empréstimos e financiamentos, sujeitas a taxas de juros.

(ii) Risco de variação de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em reais, mas também em dólares norte-americanos (“dólares”).

c) **Risco de liquidez**

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, além de ter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários e capacidade para tomar recursos a fim de garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento monitorado para prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

	Saldo contábil 31/12/2018	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 10 anos	Saldo contábil 31/12/2017	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 10 anos
Ativos financeiros										
Caixa e equivalentes de caixa	413	413	413	-	-	4.775	4.775	4.775	-	-
Títulos e valores mobiliários	15.779	15.779	-	15.779	-	13.520	13.520	13.520	-	-
Contas a receber de clientes	85.784	85.784	85.784	-	-	73.713	73.713	73.713	-	-
Total	101.976	101.976	86.197	15.779	-	92.008	92.008	92.008	-	-

	Saldo contábil 31/12/2018	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos	Saldo contábil 31/12/2017	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros										
Fornecedores	11.412	11.412	-	-	-	9.863	9.863	9.863	-	-
Empréstimos e financiamentos	379.545	491.168	61.536	83.315	346.317	403.364	557.444	66.781	71.072	419.591
Contas a pagar (partes relacionadas)	30.709	30.709	30.709	-	-	25.847	25.847	25.847	-	-
-Total	421.666	533.289	92.245	83.315	346.317	439.074	593.154	102.491	71.072	419.591

d) **Gestão de capital**

Um dos principais índices para monitorar a estrutura de capital é o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e fornecedores (incluindo circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos e financiamentos	379.545	403.364
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(413)	(4.775)
Dívida líquida (a)	379.132	398.589
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) (b)	(40.024)	(53.222)
Total do capital (a) + (b)	339.108	345.367
Índice de endividamento líquido - %	112%	115%

e) Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TR, dívidas atreladas ao IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,55% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Companhia é de 3,75% a.a. (fonte: Bacen) em 31 de dezembro de 2018. Sobre a TR a taxa provável é de 0% a.a. (fonte: Bacen), SELIC de 6,50% a.a. (fonte: Bacen) e taxa do dólar norte-americano (“dólar”) de R\$ 3,80 (fonte: B3).

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras em CDI	15.779	Aumento do CDI	7,75%	1.223	1.529	1.834
Demais operações pós-fixadas						
Empréstimos – CEF FGTS	(316.094)	PRÉ-FIXADO	8,10%	(25.604)	(25.604)	(25.604)
Empréstimos – CEF BIRD	(63.451)	Aumento da Libor	5,78%(*)	(3.667)	(4.061)	(4.454)
Efeito líquido da exposição do risco de taxa de juros	(379.545)			(29.271)	(36.066)	(42.859)
Operações em moeda estrangeira						
Empréstimos – CEF BIRD	(USD 16.378)	Aumento do USD	3,80	(62.236)	(77.796)	(93.355)
Efeito líquido da exposição do risco de taxa de juros	(USD 16.378)			(62.236)	(77.796)	(93.355)

(*) Foi incluso spread de 3,3% conforme Nota 15, porém não sensibilizado nos cenários de deterioração, por ser um indexador fixo.

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Receitas de contratos com clientes: se a receita de prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico - nota explicativa 20;

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que têm risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos na data de 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas esperadas (“*impairment*”) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 6.3;
- b) Depreciação das Células: estimativa de consumo da capacidade total do aterro e base de custo a ser depreciado – nota explicativa 9;
- c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 9;
- d) Provisão para custos de desmontagem e encerramento do aterro sanitário: os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. – nota explicativa 13;
- e) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 18; e
- f) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 17.2.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Administração entende que a Companhia opera em um único segmento operacional, que é o de tratamento de resíduos sólidos.

3.18. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não adotou estas normas de forma antecipada.

As demais normas emitidas, mas ainda não vigentes, como a CPC 15 (R1) - Definição de negócios, Alterações ao CPC 26 (R1) : Definição de omissão material e CPC 11 – Contratos de seguro, não impactaram de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia subsequentemente.

4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência dos clientes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cientes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	81.348	68.006
Grupo 2	4.436	5.707
	<u>85.784</u>	<u>73.713</u>
Conta - corrente e depósitos bancários		
AAA	16.192	18.295
	<u>101.976</u>	<u>92.008</u>

Grupo 1 - São as prefeituras municipais de Itaguaí, Rio de Janeiro (Comlurb), Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Os preços praticados são previstos em contrato e o risco de inadimplência é monitorado de maneira individualizada.

Grupo 2 - São as empresas privadas para as quais a Ciclus possui contrato para o recebimento e tratamento de resíduos. Dado o pequeno volume de transações, o monitoramento do risco de crédito é realizado de maneira individual.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos	413	4.775
	<u>413</u>	<u>4.775</u>

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	15.779	13.520
	<u>15.779</u>	<u>13.520</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha por meio de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas (títulos emitidos com o compromisso de recompra por parte do banco, e de revenda pelo cliente), estas aplicações são de uso restrito, destinado para garantia do financiamento descrito na nota explicativa nº 15 e oferecem remuneração atrelada à taxa CDI de 99,5%.

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber geralmente são negociadas em termos de pagamento que giram em torno de 30 a 90 dias.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cientes (i)	29.738	46.908
(-) Provisão para risco de crédito (Nota 6.3)	(2.161)	(2.144)
Recebíveis a faturar	58.207	28.949
	<u>85.784</u>	<u>73.713</u>

(i) Saldo a receber do cliente Comlurb:

Do saldo a receber de clientes de R\$ 29.738 em 31 de dezembro de 2018, R\$ 15.867 se refere ao cliente Comlurb (em 2017, dos R\$ 46.908 do saldo a receber, R\$ 38.233 se referiam ao cliente Comlurb).

Não há histórico de não recebimento da Comlurb, e a Administração entende que os saldos em atraso serão integralmente recebidos, incluindo os juros.

6.1 Classificação por vencimento (“aging list”)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	8.001	7.569
Vencidas:		
Em até 3 meses	2.311	379
Entre 3 e 6 meses	888	36.423
Entre 6 e 12 meses	8.871	292
Após 12 meses	9.667	2.245
Total	<u>29.738</u>	<u>46.908</u>

6.2. Recebíveis a faturar

Os recebíveis a faturar nos montantes de R\$ 58.207 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 28.949 em 31 de dezembro de 2017 referem-se às prestações de serviços que foram realizadas e para as quais que não houve emissão da nota fiscal até 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 56.480 (R\$ 27.480 em 2017) contemplados no saldo de recebíveis a fatura, se referem ao cliente Comlurb.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3. Provisão para perda esperada de créditos

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato.

A provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, como capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros itens que são monitorados.

A movimentação das provisões para perdas durante o exercício de 2018 e de 2017 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo anterior	(2.144)	(4.419)
(-) Constituição de provisão para risco de crédito	(17)	(1.307)
(+) Baixa de provisão para risco de crédito (estornado no resultado do exercício)	-	3.582
Em 31 de dezembro de 2018	<u>(2.161)</u>	<u>(2.144)</u>

7. Crédito de carbono

A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica, resultando na produção de chorume e biogás, que possui em sua composição de 50% a 60% de gás metano, produto com alto poder calorífico e que pode ser utilizado como combustível para a produção e energia elétrica ou térmica.

A Companhia, por meio de sua unidade de tratamento de resíduos (CTR-Rio), registrou junto à UNFCCC – “*United Nations Framework Convention on Climate Change*” o projeto de redução de emissões de gases de efeito estufa. Este projeto, que tem por objetivo minimizar a emissão do gás metano produzido no aterro para a atmosfera, gera créditos de carbono, gera créditos de carbono. Os créditos gerados são comercializados para vários compradores, vendidos para o Banco Mundial, no âmbito de leilão vencido ou serão negociados em mercado.

A movimentação dos registros de créditos de carbono está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	-	-
Receita de créditos de carbono (Nota 20)	15.428	13.884
Custos de créditos de carbono (Nota 21)	(1.045)	(1.171)
Recebimentos de créditos de carbono	(14.383)	(12.713)
Saldo final a receber	<u>-</u>	<u>-</u>

8. Estoques

Os estoques mantidos pela Companhia se referem substancialmente de itens para manutenção das estações de tratamento de chorume, e da operação do aterro.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos estoques

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Estoques	599	744
	<u>599</u>	<u>744</u>

9. Imobilizado

9.1. Composição do imobilizado

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Custo líquido</u>	<u>Custo líquido</u>
Máquinas e equipamentos	20.075	(8.035)	12.040	13.404
Veículos	676	(676)	-	17
Móveis e utensílios	806	(357)	449	345
Equipamentos de informática	1.415	(1.193)	222	224
Benfeitorias em propriedade de terceiros	44.411	(20.266)	24.145	27.080
Edificações	14.442	(1.588)	12.854	10.305
Células	239.128	(103.432)	135.696	124.835
Instalações	1.747	(645)	1.102	1.279
Provisão desmontagem	91.233	(14.383)	76.850	69.384
Adiantamento a fornecedor	3.390	-	3.390	-
Imobilizações em andamento	125.634	-	125.634	120.990
	<u>542.957</u>	<u>(150.575)</u>	<u>392.382</u>	<u>367.863</u>

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Movimentação do imobilizado

	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Edificações	Células (i)	Instalações	Provisão para desmontagem (i) (Nota 13)	Imobilizações em andamento (ii)	Adiantamento a fornecedor (nota 9.3)	Total
Em 31 de dezembro de 2016	15.220	220	363	243	28.655	9.387	127.004	1.514	64.408	115.082	-	362.096
Aquisições	3.251	-	45	50	369	53	2.063	-	7.453	16.002	-	29.286
Baixas	(17.224)	(2.265)	-	-	-	-	-	-	-	(1.707)	-	(21.196)
Transferências	(67)	-	-	20	1.880	1.295	10.948	(62)	-	(14.014)	-	-
Juros capitalizados (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.627	-	5.627
Depreciação	(1.805)	(52)	(63)	(89)	(3.824)	(430)	(15.180)	(173)	(2.477)	-	-	(24.093)
Baixas de depreciação	14.029	2.114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.143
Em 31 de dezembro de 2017	13.404	17	345	224	27.080	10.305	124.835	1.279	69.384	120.990	-	367.863
Aquisições	575	-	176	82	58	-	2.725	-	10.241	27.133	3.390	44.380
Transferências	-	-	-	-	751	3.069	23.973	-	-	(27.793)	-	-
Juros capitalizados (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.304	-	5.304
Depreciação	(1.939)	(17)	(72)	(84)	(3.744)	(520)	(15.837)	(177)	(2.775)	-	-	(25.165)
Em 31 de dezembro de 2018	12.040	-	449	222	24.145	12.854	135.696	1.102	76.850	125.634	3.390	392.382

(i) As células, unidades do sistema de drenagem do aterro sanitário, são depreciadas por critério baseado em unidade depositada, em que cada tonelada de resíduos depositados reduz o potencial de depósitos futuros do aterro na exata proporção do material depositado (razão de consumo). Consequentemente, também reduz ("consome") proporcionalmente os benefícios econômicos futuros do aterro. A depreciação leva em consideração a relação entre os resíduos sólidos coletados e depositados até o exercício e a capacidade total de armazenamento de tais resíduos em cada um dos três aterros sanitários (AS1, AS2 e AS3) inseridos dentro do aterro sanitário localizado no aterro de Seropédica. Esta razão de consumo é aplicada sobre o valor total do projeto do aterro sanitário, que compreende o valor já registrado no ativo imobilizado e os custos de desenvolvimento futuros, esperados para concluir o projeto. Estes custos futuros são provisionados à medida em que se tornam obrigações presentes para Companhia. O terreno do aterro sanitário é próprio e está registrado dentro da conta de célula pelo montante de R\$ 12.152. Adicionalmente, ao final do período de exploração do depósito de resíduos, estes continuam a gerar benefícios futuros na forma de geração de biogás, por aproximadamente 10 anos. Assim, ao final do período de exploração do aterro sanitário, o valor residual corresponde a base de ativo da planta de produção de biogás. Baseado nas estimativas dos benefícios do aterro sanitário, a administração estimou o valor residual de aproximadamente 20%. Em 31 de dezembro de 2018, apenas o AS1 estava em operação. A provisão para desmontagem segue o mesmo critério das células como política de depreciação.

(ii) A conta imobilizações em andamento está composta por insumos a serem utilizados na célula e gastos efetuados no terreno localizado no município de Seropédica, para a implantação do CTR-Rio, referente a parcela do aterro (AS2 e AS3) que não está em operação.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.3 Adiantamento a fornecedor

A Companhia tem adiantamentos a fornecedores de argila utilizada no processo de impermeabilização, necessária para a cobertura sanitária diária dos resíduos do CTR-Rio. Os adiantamentos são baixados e transferidos para o imobilizado em serviço à medida que a argila é entregue pelos fornecedores.

10. Intangível

10.1. Composição do intangível

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Amortização	Custo líquido	Custo líquido
Marcas e patentes	16	-	16	16
Softwares	624	(624)	-	1
Licenças de operação (a)	28.269	(11.643)	16.626	18.462
	28.909	(12.267)	16.642	18.479

- (a) Para que a Companhia pudesse implantar e operar o CTR-Rio no município de Seropédica, algumas exigências, ou condicionantes, foram estipuladas, tais como: implantação de equipamentos urbanos no município de Seropédica, recuperação do lixão de Itaguaí e Seropédica, recuperação de vias de Seropédica e Itaguaí, aquisição de área de reserva legal e doação ao Estado do Rio de Janeiro, implantação de biblioteca com centro de informática para o município de Seropédica, e implantação de praça ambientalmente sustentável na região.

A amortização desse ativo intangível corresponde ao prazo do contrato de prestação de serviços a uma taxa de 6,66% a.a.

Os valores pagos a título de compensação aos municípios de Seropédica e Itaguaí, em virtude da instalação da unidade de tratamento de resíduos nessas cidades foram registrados no intangível e estão sendo amortizados pelo prazo de 15 anos de acordo com os contratos.

10.2. Movimentação do intangível

	Marcas e patentes	Softwares	Licenças de operação	Total
Saldo líquido em 01/01/2017	16	3	20.222	20.241
Aquisições	-	-	121	121
Amortizações	-	(2)	(1.881)	(1.883)
Saldo líquido em 31/12/2017	16	1	18.462	18.479
Aquisições	-	-	45	45
Amortizações	-	(1)	(1.881)	(1.882)
Saldo líquido em 31/12/2018	16	-	16.626	16.642

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	9.033	7.582
Fornecedores provisão - capex e opex	2.185	2.065
Outros valores a pagar	194	216
	<u>11.412</u>	<u>9.863</u>

12. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	5.746	4.194
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS")	3.936	2.114
Programa de Integração Social ("PIS")	1.247	905
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	739	624
Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS")	499	213
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	106	98
Outros	672	753
	<u>12.945</u>	<u>8.901</u>

13. Aterro sanitário – custo de encerramento

Os custos futuros para encerramento do aterro sanitário podem ser entendidos como um conjunto de medidas tomadas para remediação ambiental, visto que a Companhia tem obrigatoriedade sobre o solo e suas manutenções até 25 anos após o encerramento do contrato.

a) Constituição do passivo para custos futuros de encerramento do aterro sanitário

Uma parte significativa dos custos operacionais e investimentos de capital pode ser caracterizada como custos de proteção e reparação ambiental. A natureza das operações da Companhia, especialmente no que diz respeito à construção, operação e manutenção do aterro sanitário, está sujeita a uma série de leis e regulamentos relativos à proteção ao meio ambiente. De acordo com as leis e regulamentos atuais, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos ambientais em decorrência da operação do aterro sanitário. Além da atividade de remediação exigida pelas autoridades ambientais. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia acumulou passivo de remediação ambiental registrado no balanço patrimonial de R\$ 121.271 (R\$ 105.212, em 31 de dezembro de 2017).

A determinação do método e do custo final de remediação requer várias estimativas e suposições que afetam os montantes registrados, bem como os respectivos aspectos de divulgação. Deve-se levar em consideração que o passivo de reparação ambiental é estimado quando é provável e razoavelmente estimável. Entretanto, essas estimativas e suposições dependem de eventos futuros, como desenvolvimentos tecnológicos, regulatórios, de fiscalizações e custos futuros.

A provisão para remediação ambiental é objeto de revisão contínua, à luz de fatos e circunstâncias internos e externos relevantes, podendo resultar em revisões tanto incrementar como para reduzir o valor registrado no balanço patrimonial.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos futuros de encerramento do aterro sanitário referem-se à obrigação para remediação ambiental, tratamento do chorume e monitoramento ambiental por um período de 25 anos após o encerramento do aterro sanitário.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos referentes ao encerramento do aterro sanitário, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para desmontagem e encerramento do aterro sanitário é considerado o custo total estimado para a desmontagem e o encerramento e o cronograma de desembolsos é descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para descomissionamento.

A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 4,6% a.a, formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 31 de dezembro de 2018, com *maturity* mais próxima da data de término da atividade.

Obrigações contratuais para reparos futuros ou manutenções.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para custos de desmontagem	121.271	105.212

Movimentação das provisões para custos de desmontagem:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	105.212	92.313
Constituição (Nota 9)	10.241	7.453
Juros de desmontagem (Nota 25)	5.818	5.446
Saldo final	<u>121.271</u>	<u>105.212</u>

14. Adiantamento de clientes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Gás Verde (a)	6.883	13.648
Comlurb	4.154	-
Outros	113	115
	<u>11.150</u>	<u>13.763</u>
Não circulante		
Gás Verde (a)	-	5.140
	<u>-</u>	<u>5.140</u>

(a) Refere-se à operação de comercialização de biogás para o cliente Gás Verde S.A. Os adiantamentos são atualizados a uma taxa de 120% do CDI, conforme disposto no contrato celebrado entre as partes.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Capital de giro (Caixa Econômica Federal - FGTS)	32.627	32.275
Capital de giro (Caixa Econômica Federal - Bird)	9.009	7.553
	41.636	39.828
Não circulante		
Capital de giro (Caixa Econômica Federal - FGTS)	283.467	315.636
Capital de giro (Caixa Econômica Federal - Bird)	54.442	47.900
	337.909	363.536
	379.545	403.364

15.1. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	BIRD	FGTS	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	54.634	348.451	403.085
Liberações	-	5.057	5.057
Provisão de juros	2.306	29.741	32.047
Variações cambiais e monetárias	934	2.197	3.131
Pagamento de principal	-	(7.681)	(7.681)
Pagamento de juros	(2.421)	(29.854)	(32.275)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	55.453	347.911	403.364
Liberações	-	146	146
Provisão de juros	3.069	28.239	31.308
Variações cambiais e monetárias	9.747	-	9.747
Pagamento de principal	(1.600)	(29.680)	(31.280)
Pagamento de juros	(3.218)	(30.522)	(33.740)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	63.451	316.094	379.545

15.2. Informações e condições contratuais

Caixa Econômica Federal – CEF

Os valores captados na modalidade “capital de giro” referem-se a aportes contratados junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para suprir o fluxo de caixa operacional da Companhia. As condições contratuais dessas operações encontram-se demonstradas a seguir:

Instituição	Moeda	Linha de crédito aprovada	Data de aporte	Prazo de vencimento	Juros anuais
CEF – FGTS	R\$	338.470	24/09/2013	12,5 anos	TR + 8,10%
CEF – BIRD	US\$	68.897	25/09/2013	12,5 anos	LIBOR + 3,30%

Conforme cláusulas contratuais dos empréstimos citados acima, a Companhia deverá manter em conta reserva não movimentável o valor equivalente a três parcelas vicendas acrescidas dos juros até a liquidação dos empréstimos. O valor a título destas contas reservas estão registrados em Títulos e valores mobiliários, conforme descrito na Nota 5.2.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.3. Garantias contratuais

O contrato de empréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal prevê as garantias relacionadas a seguir:

- (a) Vinculação de 100% da receita da Companhia oriunda do contrato de concessão e dos direitos creditórios;
- (b) Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade do acionista e representativas de 100% do capital social;
- (c) Emissão de uma nota promissória, pela Companhia, no valor de 100% do financiamento; e
- (d) Fiança fidejussória do acionista da Companhia, representando a totalidade do saldo devedor do financiamento concedido.

15.4. Cláusula restritiva (“covenants”)

A Companhia possui compromisso de manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida “ICSD” maior que 1,30. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base nas demonstrações financeiras reapresentadas conforme Notas 2.2.1 e 2.2.2, o “ICSD” apurado foi de 1,06 e 1,73, respectivamente.

Em caso de índice inferior a 1,1, os acionistas obrigam-se a constituir valor adicional de uma prestação mensal na conta reserva que deverá ser mantido até que ocorra a reconstituição do ICSD para valor acima ou igual a 1,3. O contrato prevê ainda que fica facultado ao agente financeiro exigir o vencimento antecipado da dívida face ao seu não cumprimento.

Conforme as demonstrações financeiras originalmente divulgadas em 15 de março de 2019, o índice em 31 de dezembro de 2018 foi de 1,18. A Companhia realizou há época depósito adicional equivalente a uma parcela do financiamento (aproximadamente R\$5.000) na aplicação financeira mantida como “garantia” dessa operação.

Em 2019, como facultado, não houve cobrança da dívida integral pela CEF e o ICSD foi de 2,15, cumprindo a meta estipulada contratualmente, além das demais exigências contratuais.

15.5. Composição das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2020	44.360
2021	47.590
2022	51.084
2023	54.842
2024 a 2026	140.033
	337.909

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

	31/12/2018	31/12/2017
Partes relacionadas – contas a pagar	30.709	25.847
Partes relacionadas – mútuo	47.475	29.032
	78.184	54.879
Circulante	30.709	25.847
Não circulante	47.475	29.032

16.1. Partes relacionadas – contas a pagar

A Companhia contrata serviços de logística junto a sua parte relacionada JSL S/A, em condições comerciais acordadas entre as partes. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar a título dos serviços prestados era de R\$30.709 (R\$ 25.847 em 2017), compostos pelos seguintes vencimentos:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	8.113	10.047
Vencidos até 30 dias	6.603	8.169
Vencidos entre 31 e 60 dias	15.993	7.631
	30.709	25.847

A Companhia mantém negociações administrativas junto a sua parte relacionada JSL S/A buscando conciliar seu fluxo de pagamento com as disponibilidades geradas pela operação.

16.2. Partes relacionadas - mútuo

A Companhia captou junto às partes relacionadas, Simpar S/A e Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda. recursos para equalizar seu capital de giro. Essas operações estão formalizadas em contratos de mútuo, com juros mensais equivalentes a 102,65% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e com vencimento previamente estabelecido para 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado a seguir:

	Ribeira	Simpar	Total
Saldo em 01/01/2017	-	15.151	15.151
Captações	-	22.000	22.000
Pagamento de mútuo	-	(10.500)	(10.500)
Juros	-	2.558	2.558
Pagamento de IRRF	-	(511)	(511)
IOF	-	334	334
Saldo em 31/12/2017	-	29.032	29.032
Captações	17.900	35.851	53.751
Pagamento de mútuo	(6.033)	(31.938)	(37.971)
Juros	21	2.877	2.898
Pagamento de IRRF	(5)	(576)	(581)
IOF	73	273	346
Saldo em 31/12/2018	11.956	35.519	47.475

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3. Remuneração pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.315 (R\$ 1.228 em 2017). O valor pago ao pessoal-chave da Administração contempla os pagamentos à diretora-presidente, pagos através da empresa Promulti.

16.4. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

a) Transações com partes relacionadas – resultado operacional

No quadro a seguir apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos e despesas operacionais para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 com as seguintes partes relacionadas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
JSL S.A – Custo com transporte do resíduo	(102.675)	(99.981)
Movida S. A	(283)	(262)
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	(12)	-
Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda.	(2.671)	(1.746)
Total	(105.641)	(101.989)

A Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda. (“Promulti”) é uma empresa de consultoria especializada no setor de resíduos sólidos, tendo participado de diversos outros projetos do setor no Brasil. A diretora da Ciclus Ambiental possui quotas de participação societária na Promulti.

Os custos incorridos com a Promulti, apresentados no quadro anterior, referem-se a atividades de consultoria estratégica e assessoramento na comunicação com clientes e órgãos de controle dos municípios em que a Ciclus tem contratos de prestação de serviços.

b) Transações com partes relacionadas - resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ribeira	(94)	-
JSP	(3.150)	(2.892)
Total	(3.244)	(2.892)

17. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

17.1. Conciliação da despesa do crédito do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício antes do IRPJ e CSLL	24.293	10.390
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(8.260)	(3.532)
Efeito das (adições) exclusões ao lucro contábil		
Provisão para custos de desativação	(2.921)	(2.694)
Despesas indedutíveis e outras exclusões permanentes	446	6.649
IRPJ e CSLL à alíquota efetiva	(10.735)	423
Corrente	(10.048)	(1.261)
Diferidos	(687)	1.684
IRPJ e CSLL nas demonstrações dos resultados	(10.735)	423

17.2. Saldos diferidos – ativo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 55.536, referem-se aos créditos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017	Movimentação
Prejuízos fiscais	109.252	121.096	(11.844)
Ajustes temporários			
Provisão para devedores duvidosos	2.144	2.144	-
Impairment	1.570	1.570	-
Provisão gerencial	1.351	2.047	(696)
Depreciação societária	53.714	44.262	9.452
Provisão TAC Inea	5.691	5.382	309
Receita não faturada	(10.381)	(11.139)	758
Base para o IRPJ e CSLL diferidos	163.341	165.362	(2.021)
Imposto de renda à alíquota de 25%	40.836	41.342	(506)
Contribuição social à alíquota de 9%	14.701	14.882	(181)
Total dos tributos diferidos	55.537	56.224	(687)

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos com base no valor de uso a partir dos fluxos de caixa descontados. O fluxo de caixa foi calculado considerando: o contrato de comercialização de biogás, a estimativa de mercado e o histórico de crescimento da Companhia, índice de inflação, a perspectiva da Administração para custos e despesas administrativas para os próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu os estudos de recuperabilidade dos saldos dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e concluiu em manter os saldos contabilizados. Esses estudos contaram com auxílio de especialistas. As expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios e a realização está demonstrada no cronograma abaixo:

	31/12/2018						
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 6 anos	Total
Valores totais líquidos	-	7.738	15.718	9.118	11.035	11.928	55.537

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para riscos e demandas judiciais

18.1. Perdas prováveis e depósitos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realiza análise das demandas judiciais pendentes e, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, para aquelas com expectativa de perda provável.

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2018 provisão para contingências decorrente de litígios cíveis com possibilidade de perda provável no montante de R\$6.889 (R\$6.581 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis	1.198	1.198
Trabalhistas	1.936	-
Ambiental	3.755	5.383
Saldo em 31 de dezembro	<u>6.889</u>	<u>6.581</u>

Adicionalmente, a Companhia possui depósitos judiciais correlacionados às contingências trabalhistas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais a fim de possibilitar que a Companhia ingresse ou continue com as ações legais. Eles estão classificados no ativo não circulante até a decisão judicial dos resgates destes pelo reclamante, ou pela Companhia em caso de desfecho favorável a ela. Em 31 de dezembro de 2018, os depósitos judiciais da Companhia totalizavam R\$ 374 (R\$ 633 em 2017).

Trabalhistas

A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais que reclamam indenizações por horas extras, adicional de periculosidade, de insalubridade e acidentes de trabalho.

Cíveis

A provisão para demandas cíveis está relacionada a pedidos indenizatórios por reclamações por descumprimentos contratuais.

Ambientais

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) 06/2017 foi assinado com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) em outubro de 2017. O TAC originou-se do extravasamento de chorume para canal externo, após fortes chuvas, em fevereiro de 2016.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imediatamente ao tomar conhecimento do extravasamento, a Ciclus executou ações corretivas, como o direcionamento de caminhões vácuo e a construção de dique de contenção, impedindo assim a continuação do fluxo identificado e a sucção do volume retido. Foi retirada a camada superficial de solo nas margens e no fundo do canal com o intuito de remover todo o material que possivelmente teve contato com chorume, eliminando qualquer impacto/dano.

Foram adotadas ações contingenciais imediatas, sem a pretensão de esgotar todas as medidas que futuramente foram definidas por meio do TAC:

- Disponibilização de um segundo gerador na elevatória;
- Elevação da parede da elevatória;
- Implantação de uma lagoa de acumulação ao lado da elevatória como contingência; e
- Instalação de sensor de condutividade e de comporta no canal interno.

O TAC foi encerrado em outubro de 2020, e o plano de ação previsto foi executado. Contudo, em abril de 2021, a Companhia assinou o primeiro termo aditivo ao TAC 06/2017, que prorrogou seu prazo de vigência até abril de 2022, alterou a ação prevista do projeto socioambiental e oficializou o atendimento e a conclusão das demais ações previstas pela Ciclus. O montante total do compromisso ambiental assinado em abril de 2021 foi de R\$ 600, que já estava previsto no TAC anterior e anteriormente provisionado.

A Administração acredita que essa provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, e suas movimentações nos períodos de 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Ambiental</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	167	-	1.198	1.365
Constituição/Reversão	(167)	5.383	-	5.216
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	5.383	1.198	6.581
Constituição/Reversão	1.936	(1.628)	-	308
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.936	3.755	1.198	6.889

18.2. Processos possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possível para as quais não há provisão para contingências constituída. O valor de tais contingências em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 3.184 (R\$11.069 em 2017).

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Trabalhistas

Existem 29 processos de ex-funcionários e de funcionários de subcontratados para os quais a empresa protocolou impugnação. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, estima que o risco de perda dos processos é possível e, por esse motivo, não registrou qualquer provisão para eles. Esses processos totalizam o montante de R\$ 2.396.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito e integralizado era de R\$110.000, composto por 60.000.273 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes de forma integral à SIMPAR S.A.

19.2. Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social. O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O lucro líquido, quando existir, após as deduções, reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Companhia julgar necessárias para sua segurança, terão a destinação que for determinada por deliberação dos acionistas.

20. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de serviços prestados	228.317	202.764
Receita de comercialização de biogás	25.886	28.051
Receita de créditos de carbono	15.432	13.884
	<u>269.635</u>	<u>244.699</u>

Apresentamos a seguir a conciliação entre as receitas brutas e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultado do período:

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de serviços prestados	264.828	245.449
Receita de comercialização de biogás	35.655	27.750
Receita de créditos de carbono	15.432	13.884
	<u>315.915</u>	<u>287.083</u>
(-) ISS sobre faturamento	(13.241)	(12.272)
(-) ICMS sobre faturamento	(7.131)	(5.550)
(-) Cofins sobre faturamento	(21.286)	(20.181)
(-) PIS/Pasep sobre faturamento	(4.622)	(4.381)
	<u>269.635</u>	<u>244.699</u>

A Companhia tem contrato de prestação de serviços com a Comlurb, com a natureza de destinação final do resíduo gerado no município do RJ. Esse contrato representa atualmente 79% do faturamento total.

A Companhia destina os resíduos de outras prefeituras e indústrias, atividade que representa 5% do seu faturamento. Com a disposição final do resíduo, a Companhia obtém receitas acessórias com a comercialização de biogás e créditos de carbono gerados no aterro, representando 16% do faturamento total.

21. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fretes e combustível (iii)	(101.182)	(95.242)
Depreciações e amortizações (ii)	(26.371)	(25.878)
Despesas socioambientais (i)	(23.483)	(16.577)
Despesas com pessoal	(13.960)	(16.922)
Consultorias, assessorias, segurança e aluguéis de equipamentos	(18.566)	(16.638)
Aluguel imobiliário	(4.722)	(4.555)
Custos de créditos de carbono	(1.045)	(1.171)
Manutenção	(928)	(1.070)
Peças e acessórios	(773)	(1.230)
Impostos, taxas e contribuições	(41)	(57)
Outros	(838)	(2.338)
	<u>(191.909)</u>	<u>(181.678)</u>

- i. As despesas socioambientais referem-se a insumos (produtos químicos) utilizados no tratamento de chorume e a despesas com serviços prestados pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto no tratamento externo do chorume. A principal variação ocorrida no período refere-se ao aumento do **tratamento externo de chorume, ocasionado pelo aumento do volume** gerado e pela limitação do tratamento interno de chorume pela ETC.
- ii. O saldo de depreciação e amortizações estão líquidos dos créditos de PIS e Cofins de R\$ 590 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ em 31 de dezembro de 2017).
- iii. Principal variação refere-se ao reajuste dos contratos com os prestadores de serviços.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Consultorias e assessorias (ii)	(5.385)	(3.992)
Despesas com pessoal (i)	(2.929)	(2.774)
Seguros	(850)	(691)
Impostos, taxas e contribuições	(301)	(280)
Comunicação e remessas	(206)	(280)
Aluguel e manutenção	(161)	(145)
Despesas com viagens	(92)	(80)
Depreciações e amortizações	(86)	(99)
(Provisão)/Reversão de contingências (Nota 18)	(308)	(5.216)
Constituição (reversão) de provisão para risco de crédito (Nota 6)	(17)	(1.379)
Outras	(242)	(235)
	<u>(10.577)</u>	<u>(15.171)</u>

- (i) Parte da diretoria recebia sua remuneração através da pessoa jurídica Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda (Nota 16). A partir de fevereiro de 2021, a sua remuneração está sendo via pró-labore. Demais variações referem-se a novas contratações e dissídio.
- (ii) Principal variação refere-se a reajustes nos preços dos contratos dos prestadores de serviços e custo com advogados.

23. Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	1.332	1.475
	<u>1.332</u>	<u>1.475</u>

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Varição cambial ativa	10.791	6.016
Receita de juros	3.332	659
Rendimentos de aplicações financeiras	806	975
Descontos obtidos	80	70
Outras	92	14
	<u>15.101</u>	<u>7.734</u>
Despesas financeiras		
Juros pagos ou provisionados	(31.089)	(31.202)
Varição cambial passiva	(21.265)	(6.437)
Despesas bancárias	(375)	(547)
Encargos sobre pagamentos em atraso	(45)	(2.990)
Juros desmontagem (Nota 13)	(5.818)	(5.446)
Outras	(697)	(47)
	<u>(59.289)</u>	<u>(46.669)</u>
	<u>(44.188)</u>	<u>(38.935)</u>

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
De 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia mantém um seguro para cobertura de seguro garantia de indenização de inadimplência das obrigações pela Companhia junto à Comlurb, um seguro de responsabilidade civil de responsabilidade de engenharia.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por auditores independentes.

26. Resultado por ação

a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	13.558	10.813
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (menos ações em tesouraria)	60.000.273	60.000.273
Resultado básico por ação R\$	<u>0,00023</u>	<u>0,000018</u>

27. Eventos subsequentes

27.1 Autorização para emissão de debêntures

A Companhia tem projeto aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para emissão de uma debênture incentivada no valor de R\$ 550 milhões, aprovado em 31/05/2021 pela portaria. A Companhia captou as debêntures da primeira série no montante de R\$ 450 milhões em 28 de dezembro de 2021, com vencimento em janeiro de 2031. A companhia aguarda a liberação das debêntures de segunda série no montante de R\$ 100 milhões.

As debêntures são de emissão simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, e na modalidade de capital de giro.

27.2 Licença para implementação de usina de geração de energia por resíduos no Rio de Janeiro.

A Companhia tem licença para implantação de uma usina de recuperação de energia através da queima de resíduos sólidos urbanos, na unidade do Caju emitida em 24/06/2019. Sua implantação reduzirá em 14% o lixo a ser depositado no CTR- RJ e será capaz de gerar energia suficiente para atender a uma cidade de até 200 mil habitantes. A Companhia já obteve as licenças necessárias para colocar o projeto em andamento.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
De 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adquiriu dois geradores para geração de 2,8 MWh através da queima de biogás, esta unidade de geração de energia está sendo instalada no CTR RIO através da licença de instalação 48547 – averbação 4640 emitida em 14 de setembro de 2021.

27.3 Reorganização societária – Grupo JSP

A JSP Holding S.A. (“JSP”) é a holding do Grupo JSP, ao qual integram as empresas SIMPAR S.A. (“SIMPAR”), CS Infra S.A. (“CS Infra”) e Ciclus Ambiental do Brasil S.A. (“Companhia”).

Em 13 de julho de 2020, através de assembleia geral extraordinária, ocorreu a transferência das ações ordinárias da Companhia de titularidade da SIMPAR S.A. para a JSP Holding S.A.

Em 29 de novembro de 2021, em assembleia, os acionistas da SIMPAR S.A., aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão da CS Infra S.A.. A transação consistiu na incorporação da totalidade das ações de emissão da CS Infra pela SIMPAR, pelo valor do seu patrimônio líquido a preços de mercado, que resultará em um aumento de capital mediante a emissão novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da SIMPAR, as quais serão atribuídas à JSP, enquanto única acionista da CS Infra, em substituição às ações ordinárias de emissão da CS Infra de que seja titular e um bônus de subscrição a ser atribuído à JSP cujo exercício permitirá a subscrição de até 32.084.167 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da SIMPAR (“Bônus de Subscrição”).

O Bônus de Subscrição dará à JSP o direito de subscrever ações ordinárias da SIMPAR, no limite anteriormente citado, de maneira proporcional ao valor efetivo do reajuste da tarifa mensal dos serviços prestados no âmbito do contrato de prestação de serviços que venha a ser auferido pela Ciclus, quando a eficácia do reequilíbrio econômico do contrato firmado com a Comlurb for reestabelecida.

Em 28 de dezembro de 2021, o controle exercido pela JSP Holding S.A. sobre a Companhia foi transferido à CS Infra (“reorganização prévia”). A aprovação e implementação da reorganização prévia é uma condição precedente à implementação da incorporação de ações e ela está condicionada à aprovação da incorporação de ações por assembleia geral extraordinária.

A incorporação de ações, quando combinada com a reorganização prévia, tem o objetivo de incrementar o portfólio de concessões de longo prazo da SIMPAR S.A. com receitas resilientes e previsíveis. Isso será feito por meio da concentração na CS Infra do ativo da JSP Holding S.A. que atua no segmento de gestão e valorização de resíduos para clientes públicos e privados (“Gestão de Resíduos”).

Dentre as obrigações pós-incorporação, a Companhia assumiu o compromisso de promover a captação de recursos financeiros para a quitação dos débitos referentes aos mútuos celebrados. Para este objetivo, conforme Nota 27.1, a Companhia tem contratada com uma instituição financeira garantia firme para emissão de debêntures no total de até R\$550 milhões, com o objetivo de liquidar tais mútuos, bem como de refinar seus empréstimos bancários.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
De 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao final do exercício de 2021, a Companhia emitiu debêntures no valor de R\$450 milhões (Nota 27.1), liquidou o empréstimo junto à CEF (FGTS) e Banco Industrial do Brasil (Nota 27.5) e passou a figurar como emissora de nota promissória de série única de R\$114 milhões indexada ao CDI acrescido de 1,5% com vencimento de 25 meses (Nota 27.6).

27.4 Contrato de prestação de serviços com a Comlurb

Em 29 de outubro de 2020, foi firmado termo aditivo ao contrato de prestação de serviços por meio do qual o valor mensal da remuneração decorrente do Contrato de Concessão passou a ser de R\$ 29.912 mil e houve a extensão do prazo de vigência do Contrato de Concessão em 10 anos, de modo que ele vigorará até 18 de abril de 2036.

A Companhia protocolou a solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro que durou aproximadamente dois anos, passou pelas aprovações da Comlurb, Controladoria do Município, Procuradoria do Município, Secretaria de Fazenda e Poder Executivo. A sua aprovação foi devidamente publicada no Diário Oficial do Município.

Após publicação de termo aditivo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (ocorrido em 9 de novembro de 2020), o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, em resposta a pedido protocolado por uma vereadora, iniciou análise do aditivo contratual, determinando suspensão dos pagamentos do montante do reequilíbrio referente ao contrato firmado com a Comlurb até que seja concluída a verificação.

Processos em trâmite no Egrégio Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro sobre o tópico do Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

Em 01 de dezembro de 2021 houve o julgamento da Inspeção Extraordinária, pelo Pleno do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro ("TCM").

A decisão unânime do TCM foi a seguinte:

- a) Concessão e aplicação imediata dos reajustes contratuais dos biênios de 2017/2019 e 2019/2021, a cada mês, respectivamente nos valores de R\$ 1.611 e R\$ 2.384; desta forma o faturamento mensal total, sem o reequilíbrio, passa a ser de R\$ 24.260.
- b) Correção e aplicação imediata do reequilíbrio referente à diferença de alíquota de ISS; R\$ 328;
- c) Concessão dos itens do reequilíbrio referentes ao tratamento de chorume e transferência de resíduos pelo uso do Arco Metropolitano e outros fatores operacionais; respectivamente nos valores mensais de R\$ 1.269 e R\$ 3.037.
- d) Providenciar os serviços de consultoria/auditoria especializada idônea e ilibada reputação, para apoiar tecnicamente a avaliação dos pleitos de reequilíbrio referentes à remuneração de capital; no montante mensal de R\$ 2.746, e da prorrogação de prazo contratual em até 60 meses.

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
De 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de dezembro de 2021, a COMLURB e o Município do Rio de Janeiro apresentaram embargos de declaração contra o Acórdão do TCM acima citado. Nos embargos, os autores apontam supostas contradições nos itens c) e d) da decisão unânime do Tribunal.

O Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, por unanimidade de seu Plenário, decidiu em 23 de fevereiro de 2022 pela improcedência dos embargos de declaração opostos, mantendo-se válida, na sua totalidade, a decisão anterior proferida pela Corte de Contas, em 01 de dezembro do ano de 2021, na sua 44ª Sessão Ordinária.

Desta forma, cabe à COMLURB, na pessoa de seu Ilmo. Presidente, sob pena de incorrer nas sanções previstas no inciso IV do artigo 3º da Lei nº 3.714/2003, o cumprimento imediato da integralidade da decisão proferida, nos autos do Processo nº 40/100.347/2021, pelo Plenário da Egrégia Corte de Contas do Município do Rio de Janeiro, na 44ª Sessão Plenária ocorrida em 01º de dezembro de 2021, incorporando à contraprestação mensal da Concessionária os valores devidos aprovados.

27.5 Liquidação de empréstimos (CEF e BIB)

Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a quitação do empréstimo FGTS junto à CEF no montante atualizado de R\$264.538.

Em 2021, a Companhia quitou ainda empréstimo captado junto ao Banco Industrial do Brasil no valor atualizado de R\$9.380.

27.6 Emissão de Nota promissória

Em 27 de dezembro de 2021, através do contrato de Assunção de dívida a Companhia passou a figurar como emissora das notas promissórias comerciais, emitidas inicialmente pela CS Brasil Holding. Esta emissão constitui a primeira emissão de notas promissórias comerciais, em série única, da Companhia.

A linha de crédito inicialmente aprovada foi de R\$100 milhões no Bradesco, com prazo de vencimento de 25 meses e taxa de juros equivalentes ao CDI + 1,5%.

O valor em 31 de dezembro de 2021 destas notas promissórias era de R\$114.841.

27.7 Mútuo com partes relacionadas

Parte do saldo a pagar de R\$28 milhões com a SIMPAR foi transferido em 30 de junho e 17 de julho de 2020 de 2020 à JSP, ocorrendo a liquidação do saldo remanescente no mesmo exercício. No período de julho a dezembro de 2020, a Companhia liquidou junto à JSP Holding S.A. parte do mútuo no valor de R\$14.941.

Durante o exercício de 2020, houve ainda captações de R\$109.125 junto à Ribeira

Ciclus Ambiental do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

De 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de dezembro de 2021, o saldo de mútuo existente de R\$220.560 e R\$81.889 com Ribeira e JSP, respectivamente, foram transferidos para a SIMPAR devido à reestruturação do Grupo JSP. (Nota 27.3) Posteriormente, à transferência dos saldos, através de aditivo foram atualizados os juros mensais incidentes, equivalentes a CDI + 2,80% a.a.

Em 31 de março de 2022 a Companhia efetuou uma captação de R\$ 310 milhões através da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, e utilizou estes recursos para a quitação dos mútuos com a Simpar.

27.8 Efeitos da Guerra entre Rússia e Ucrânia

A Companhia prevê um aumento nos custos e insumos aplicados em suas operações, em especial, pelo aumento pelo preço internacional do petróleo. A administração já iniciou o processo de negociação dos preços com os principais fornecedores e prestadores de serviços, com intuito de minimizar os impactos.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 4B23983D8BB0431FA822E56213DFCAE3

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Relatório Ciclus Ambiental Dez/18

Envelope fonte:

Documentar páginas: 63

Assinaturas: 1

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Viviane Sperendio Camacho

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

São Paulo, SP 05001-100

viviane.camacho@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.94

Rastreamento de registros

Status: Original

26 de maio de 2022 | 14:49

Portador: Viviane Sperendio Camacho

viviane.camacho@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

26 de maio de 2022 | 18:49

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

carlos.mendonca@pwc.com

Sócio

PwC Auditores Independentes

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:



8108E4223AFE4D1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado pelo link enviado para

carlos.mendonca@pwc.com

Usando endereço IP: 18.231.224.64

Registro de hora e data

Enviado: 26 de maio de 2022 | 14:51

Visualizado: 26 de maio de 2022 | 18:18

Assinado: 26 de maio de 2022 | 18:49

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Viviane Sperendio Camacho

viviane.camacho@pwc.com

Manager

PwC Brasil

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Copiado

Enviado: 26 de maio de 2022 | 18:49

Visualizado: 26 de maio de 2022 | 18:49

Assinado: 26 de maio de 2022 | 18:49

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 26 de maio de 2022 18:49
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:		
Não disponível através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
-------------------------------	--------	----------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	26 de maio de 2022 14:51
Entrega certificada	Segurança verificada	26 de maio de 2022 18:18
Assinatura concluída	Segurança verificada	26 de maio de 2022 18:49
Concluído	Segurança verificada	26 de maio de 2022 18:49

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------